



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE



ATA DA 8ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO

SÃO PAULO, 31/08/2018

PRESIDENTE

EDSON APARECIDO DOS SANTOS

COORDENADOR DA COMISSÃO EXECUTIVA

LEANDRO VALQUER JUSTINO LEITE DE OLIVEIRA

SECRETÁRIO GERAL DO CMS-SP

JÚLIO CÉSAR CARUZZO

LISTA DE PRESENÇA

I – Conselheiros Presentes

Representantes da Sociedade Civil:

PAULO ROBERTO BELINELO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE
MARIA MACEDO COSTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE
ADÃO DO CARMO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE
MARCIONÍLIA NUNES DE SOUZA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO
SUELY LEVY BENTUBO FONSECA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO
ROBERTO COSTA FERREIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL
MARIO SÉRGIO BORTOTO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE
CIRLENE SOUZA MACHADO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE
ANSELMO SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE
SEITI TAKAHAMA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
LÍDIA TAVARES DA SILVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
MANOEL OTAVIANO DA SILVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
FRANCISCO JOSE C. DE FREITAS (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
PAULO ROBERTO GIACOMINI (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
VITA AGUIAR DE OLIVEIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
ANDRÉ ANCELMO ARAÚJO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Representantes dos Trabalhadores em Saúde:

IVONILDES FERREIRA DA SILVA - (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
VERA HELENA LESSA VILELA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS
LEANDRO VALQUER JUSTINO LEITE DE OLIVEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
LOURDES ESTEVÃO DE ARAÚJO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
SELMA MARIA SILVA DOS SANTOS (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
VIVIANI DOS SANTOS FONTANA (TITULAR) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM

NEIDE APARECIDA SALES BISCUOLA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS LIBERAIS

Representantes das Instituições Governamentais:

JORGE HARADA (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

LUCIANA AMARAL TIRADENTES (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO

Representantes do Poder Público:

FÁBIO HENRIQUE SALLES (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

MÁRCIA CRISTINA RIBEIRO BOACNIN (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

MIRIAM CARVALHO DE MORAES LAVADO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

JOÃO BATISTA NAZARETH AGUIAR (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

MARCOS BLUMENFELD DEORATO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

PATRICK RODRIGUES ANDRADE (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

II – Justificativas de ausência:

EDSON APARECIDO DOS SANTOS – PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDILEUZA CONCEIÇÃO SILVA LIMA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL

FÁBIO JÚLIO MOTA DE OLIVEIRA - (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

PRISCILA PEREIRA TANCREDI (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS LIBERAIS

ALINE ARAÚJO DOS SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO

MARÍLIA CRISTINA PRADO LOUVISON (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

MARIA APARECIDA DE LAIA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

ADALBERTO KIOCHI AGUEMI (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

III – Ausentes:

MARIA AUXILIADORA CHAVES DA SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE

HUGO FANTON RIBEIRO DA SILVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE

URANEIDE SACRAMENTO CRUZ (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

MARIA CONCEIÇÃO SILVA DO AMARAL (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

DARCY DA SILVA COSTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

FERNANDO LEONEL HENRIQUE DE PAULA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

CELESTE DA SILVA GASTÃO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

PEDRO CARLOS STELIAN (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

PAMELLA DE FREITAS SAIÃO SACAFURA (TITULAR) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

EVANICE GOMES DE OLIVEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS

CARLOS MIGUEL BARRETO DAMARINDO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS

ANGELA APARECIDA DOS SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

JOSE JAILSON DA SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

VALÉRIA LUZIA FERNANDES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS

RAQUEL CRISTINA DELFINE RIZZI GRECCHI (TITULAR) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM

CLÁUDIO LUIZ DA SILVEIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM

ALINE LOPES DE ASSUNÇÃO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM

MARIA CRISTINA BARBOSA STOROPOLI (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA

CINTHYA COSME GUTIERREZ DURAN (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA

CÉSAR AUGUSTO DE OLIVEIRA PAIM – (TITULAR) REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS

FERNANDA SILVA FUSCALDI (SUPLENTE) REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS

IV – Visitantes:

Conforme Lista

ATA ELABORADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CMS/SP:

DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICA
JÚLIO CÉSAR CARUZZO – SECRETÁRIO GERAL

DIGITAÇÃO:

AMANDA SAMPAIO MACHADO DA SILVA – AGPP
DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICA
MARIA TERESINHA GONÇALVES DE LELLO – ENCARREGADA DE EQUIPE

GRAVAÇÃO:

FRANCISCO FLÁVIO DE OLIVEIRA SOUSA – AGPP

REVISÃO GERAL:

JÚLIO CÉSAR CARUZZO – SECRETÁRIO GERAL

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Inicia a reunião, com quórum, às 14h32. Cumprimenta a todos. Pede ao Secretário Geral que leia a pauta da reunião.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/S: Informa que a pauta trata da **Aprovação do Plano Municipal de Saúde de 2018/2021**. O CMS vai entregar documento, produzido pelas regiões, com propostas de curto, médio e longo prazo, para ser incorporado ao Plano Municipal de Saúde.

Suely Levy Bentubo Fonseca, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Pede inclusão de pauta – moção da reunião anterior.

Paulo Roberto Giacomini, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Solicita informe extraordinário.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Coloca em votação - aprovadas.

Paulo Roberto Giacomini, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Informa que se reuniram hoje, pela manhã, com o Secretário, para falar sobre a Conferência Municipal de Saúde – segundo ele, a Portaria convocando a 20ª Conferência Municipal de Saúde deve sair publicada amanhã.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Comenta que a conselheira Lourdes também tem informe. Consulta o Pleno – aprovado.

Lourdes Estevão de Araújo, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais: Relata que estão chegando da reunião no CER Santa Cecília. Estão acontecendo coisas importantes. O processo onde foi suspensa qualquer reestruturação – aquele CER administrado pela OS IABAS – estão pouco se lixando. Estão transferindo para Bela Vista, idosos sem transporte, trabalhadores ameaçados com demissão. A OS IABAS não tem poder de mandar servidor público embora. Querem que seja suspensa a reestruturação, conforme determinado pelo MP.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: O governo ouviu, sugere que veja com a representação e conversar com o governo, para ver o encaminhamento.

Miriam Carvalho de Moraes Lavado, Conselheira Titular representante do Poder Público – SMS: Propõe que seja discutido no Pleno Ordinário.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: É só dia 13/09. Quer saber se há acordo. Que a Lourdes converse com o governo e as Comissões – Políticas de Saúde e RH.

Lourdes Estevão de Araújo, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais: Que seja suspensa a reestruturação até lá.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: A pauta é PLANO e prioridades regionais. Que as prioridades sejam inseridas no Plano e na Lei Orçamentária Anual.

Dra. Ivanilda Argenau Marques, Coordenadora da Atenção Básica da SMS: Foi Coordenadora da CRS Sul, quer falar sobre o Plano. Depois que chegaram, a Lola e a Cristina estão analisando, ponto a ponto, as inclusões. Estão pedindo prazo para alinhamento positivo – estão juntos com a população. Querem incluir a Cristina para falar sobre Doenças Raras – foi falado com Vita. Ficou de fora do Plano. Tiveram cuidado para incluir. Pedem prazo para olhar e não deixar passar nada. Que a SMS e AB estejam alinhadas, fazer ordenamento.

Maria Cristina Honório dos Santos, Assessora Técnica da Atenção Básica da SMS: Algumas questões da área de gestão de AB estavam inseridas nas áreas técnicas. Estão ajustando. Nenhuma proposta será retirada. Querem integrar com áreas técnicas.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Pergunta o porquê do Patrick, do CFO, alertar que havia prazo. Se existe, que seria dia 10 – limite. Quer entender se o prazo vai prejudicar o encaminhamento da Lei Orçamentária. A conselheira Miriam disse que teríamos que aprovar o Plano e dar publicidade a ele. Também falou da intervenção da Atenção Básica. Pede esclarecimentos. Tem prazo? Tem limite?

Seiti Takahama, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Se estão fazendo ordenamento, há necessidade, pela fragmentação do documento. Gostariam que fosse bem definido e bem detalhado – fácil e bem definido, para ser acompanhado nas STS - facilitaria para não ter dificuldade. Perceberam fragmentação. A questão do financiamento é complicada. Querem saber o custo da hospitalização e da EMAD.

Selma Maria Silva dos Santos, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Relata que na análise do Plano, cada área técnica veio, fizeram contribuições, que ainda não estão incluídas. Achou que a AB teria incluído. Quando vocês pedem tempo, querem saber quanto? Semana que vem tem feriado. Quando será trazido? Será acrescentado o que precisamos nas bases? Fica preocupada. Está decepcionada.

Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Suplente representante dos Portadores de Patologias: Agradece a disposição de colocar Doenças Raras no Plano, pela 1ª vez. Quer saber se a gestão vai dar tempo para os conselheiros olharem. Pergunta ao Patrick sobre as prioridades, se estarão na LOA. O Plano e as inclusões estão na LOA?

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Suplente representante da Pessoa com Deficiência: Resumindo, precisa ter claro se a Secretaria da Fazenda já enviou. Qual percentual será destinado à Saúde? Teremos reformas das Unidades, que estão caindo na LOA. Pergunta se as planilhas já estão sendo preenchidas e, se foram, por que não tiveram acesso.

Lourdes Estevão de Araújo, Conselheira Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais: Afirma que é importante olhar no Plano a questão do RH – entre todas as demandas. Estão pedindo servidor público – desespero total essa falta de RH. Não dá mais para a SMS não olhar isso. Nas Conferências, aprovamos concursos públicos – nas Plenárias. Hoje, 61% são das OSS. Quer fazer proposta concreta: até 2021, que 61% não sejam das OSS, mas servidores públicos concursados. Quer que isso seja discutido. Quer outra coisa, que a gestão seja da administração direta. Que se leve em conta essa discussão. Todos nós vamos levar em conta isso. Tem que ter servidor público, que não seja cabo eleitoral de nenhum candidato. O Plano só fala de nomeação.

Maria Macedo Costa, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Registra sua preocupação por conta do trabalho do MP nas STS – acompanhou todas as regiões. O objetivo da gestão é criar vínculo com usuários na questão da reestruturação. Como vai ter vínculo, quando você vê que as parceiras removem profissionais, a todo momento? Tem que ter concurso público. Preocupa-se com o tempo para ler, antes de aprovar.

Lídia Tavares da Silva, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Solicita a planilha e como está sendo pensada a peça orçamentária. Não vamos permitir o sucateamento. A gente precisa saber como foi pensado no orçamento. Que seja apresentada à COFIN.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Considera inadmissível, porque temos processo desde 3 de maio. Já foi prorrogado e, agora, mais uma prorrogação. As bases discutiram, houve plenárias em todas as regiões e não houve acordo. Isso não pode ocorrer. Cita a página 55 do PPA – partos normais – 0 em 2018 – 0 em 2019 – não diz a porcentagem – não está em consonância com o Plano, página 51, nem menciona parto normal. Pergunta até quando vamos patinar, aprovar ou não. Dia 10 tem que apresentar na Câmara Municipal a LOA. Não temos condição de fazer análise mais profunda. Sem diretriz.

Francisco Jose C. de Freitas, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Declara que a situação merece atenção – temos um rolo compressor. Diversos problemas – questão da relação do Conselho com a gestão. Quando o Secretário esteve aqui, pela 1ª vez, disse que queria conversar. No último Pleno, o Secretário pediu para o Manoel marcar reunião com o Secretário e ele não consegue. É mentira. Não há data disponível. A necessidade do companheiro é para agora. Discutir o que acontece na cidade. Que os conselheiros da gestão transmitam ao Secretário que o Conselho tem autonomia e vão enfrentar a Portaria 112, que visa enfraquecer os Conselhos Municipais. Faz 1 mês e o Manoel não conseguiu marcar reunião. Devemos respostas ao Controle Social. Vamos filtrar com lupa as propostas da Conferência e das regiões, se estão no Plano.

Cirlene Souza Machado, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Solicita que o Secretário atenda Comissão de Santana/Tucuruvi/Mandaqui/Tremembé. A falta de respeito com essa região passou dos limites. Não se cumpre o que foi decidido no Pleno. Solicita substituição dos gestores da região. Precisam urgente de reunião com o Secretário.

Roberto Costa Ferreira, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sul: O Plano Municipal de Saúde teve 57 metas abandonadas, com relação ao anterior, no que diz respeito à Educação Permanente. São 13 genéricas. A linguagem deve ser simples, clara e objetiva. Transparente e acessível. Os Conselhos Gestores devem ter acesso aos documentos (Res. 11 e 15 do CMS). Advertência para que as análises das Comissões se tenha acesso à estrutura documental. Se a linguagem for rebuscada, a compreensão fica comprometida.

Patrick Rodrigues Andrade, Conselheiro Suplente representante do Poder Público - SMS: Iniciativa de procurar maneiras – cita a Lei 141 – de discussão com o CMS, antes de mandar a LDO. Plano Municipal de Saúde discutido antes da peça orçamentária. Revisão das Áreas Técnicas da Atenção Básica – que caberiam avaliação. Na LOA – ação – reforma e manutenção de UBS – não vai ter detalhe de quais serão, nem ordem de prioridade. É documento que é grande guarda-chuva. A LOA que temos é estruturada suficientemente, para que as demandas caibam dentro do instrumento. É flexível para permitir isso. Nos Planos setoriais, isso vai aparecer – RAG. O prazo para envio para toda a prefeitura é dia 30/09. As equipes técnicas é que elaboram o documento que a Fazenda exige. A LOA não será obstáculo. A questão concreta vai se dar na Programação e o Plano terá que estar bem estruturado. A planilha vem em branco. Temos os limites orçamentários, semelhantes ao da última LOA, mais de 9 bilhões de reais – Fundo, Autarquia e HSPM. Em breve, teremos previsão de recursos para manutenção de unidades. Há condições de qualificar o Plano – definir na Programação e fazer compromisso público.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Tem a pergunta do prazo para fechar o Plano.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Suplente representante da Pessoa com Deficiência: Propõe que o Plano seja aprovado imediatamente, com ressalvas. Querem discutir a Programação Anual de Saúde e LOA.

Paulo Roberto Giacomini, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Quando o Patrick fala da reforma de UBS – não sabe qual, nem quanto vai gastar. Quer saber qual o nível de detalhamento deve ter no Plano Municipal. No que se refere à AIDS, por exemplo. Meta de aumentar em 5% o número de testes de HIV. Não fala a linha de base desses 5%. Isso fica confuso. Não fica também especificado o valor. Qual a conta que se faz, teste de 5%, mais índice de inflação. Outro exemplo: na questão 3.6.3 – De Informação e Comunicação – meta 107 – prontuário – parte do recurso vem do MS – sujeito à regulamentação existente. A informatização do prontuário vem com molde para o Brasil inteiro. Quer saber qual o gasto sobre a planilha pronta sobre recurso do MS.

Manoel Otaviano da Silva, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Incomoda-se que algumas coisas da região Sudeste, que desde 2 anos atrás foram programados e não foram feitos. Ficaram sabendo que há recurso da SHELL que não foram utilizados. A gestão tem que fazer opção onde vai gastar. Equipes de ESF remanejadas de lugares que precisavam de mais equipes, sob o pretexto de que seria ampliação.

Maria José Rollo Ribeiro, da AGP da SMS: Está acompanhando o Conselho há tempos. Acompanhou quando o MP interveio para parar a reestruturação. Parou, o Secretário determinou. Há nova concepção de saúde e como deve funcionar. O novo Secretário trouxe equipe nova. Que eles tenham tempo para dar novo tom a este Plano. Temos que incorporar questões levantadas: População em situação de rua, Doenças Raras. Dra. Edjane está acompanhando o que as regiões solicitam e vai dar resposta. Quer falar ao conselheiro Freitas que não é verdade que o Secretário não recebe os conselheiros. Hoje mesmo os recebeu. À Lourdes diz que a Lei das OSS é de 2006 – não dá para voltar a ter concurso, como o solicitado. Não acha que se deva aprovar o Plano hoje.

Miriam Carvalho de Moraes Lavado, Conselheira Titular representante do Poder Público – SMS: Todos querem essa diretriz. Há novas circunstâncias, até para incluir o que o Conselho sugerir. Conversou com o Manoel e sua demanda foi encaminhada. Lembra que o Secretário se dispôs a se encontrar com a Executiva. Propósito de construir política forte para a cidade de São Paulo.

Patrick Rodrigues Andrade, Conselheiro Suplente representante do Poder Público - SMS: Políticas de Saúde tem que fazer gestão de custos. No Plano não vieram custos e gastos. A dificuldade de transparência ocorre. Há no SIOSP de forma diferente. A diretriz da gestão anterior está sendo revista. O próprio Secretário Edson Aparecido citou isso. Propõe pactuação na Programação. O Plano tem como data limite 31 de dezembro.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: O encaminhamento do conselheiro André é aprovar o Plano hoje, com ressalvas.

Miriam Carvalho de Moraes Lavado, Conselheira Titular representante do Poder Público – SMS: Já sabem quais as ressalvas? Sugestões encaminhadas. Foi enviada nova versão, antes de receberem contribuições das Comissões. Não estão faltando com a transparência. Houve colaborações que chegaram um dia antes dessa reunião. O que foi conversado no Pleno passado foi perguntado qual o tempo seria necessário. Respondeu que não sabia. Fábio trouxe a informação de que seriam necessárias duas semanas. Receberam várias considerações, que estão sendo avaliadas pelas áreas técnicas.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Suplente representante da Pessoa com Deficiência: Há esforço e a gestão nunca tem resposta. Não tem consolidação do que chegou antes, do que está chegando ou do que vai chegar. Fica difícil conceber alguma coisa. Estamos um ano todo sem programação anual de saúde. Não há diretriz clara, não sabemos para onde vamos. O governo senta à mesa e diz que não sabe quando trará as respostas.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Falou com conselheiro Seiti que isso não é problema nosso. As propostas tiradas nas bases têm que ser incluídas. O esclarecimento tem que ser dado a este Conselho e ao MP. Cabe à SMS nos informar e ao MP – incluindo propostas das bases ou falar o porquê não fizeram. Temos que respeitar o que veio das bases. O MP determinou, então se cumpra. Se não tem dinheiro – falar. Temos 17 ressalvas, ou melhor 22 ressalvas e uma série de questionamentos. Há coisas planejadas para 2018 e nada foi feito. Vai começar 2019 com outro Plano? Vamos andar.

Seiti Takahama, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Fala à conselheira Miriam que estão debruçados no Plano há muito tempo. Tem fragilidades. Querem contribuir para construção do Plano. Fizeram propostas. Não foram fiéis às resoluções da 19ª Conferência, já

pontuaram mais de 22 ressalvas a serem feitas. Registra o compromisso que a SMS possa andar e o CMS não é responsável pelo atraso. Assumiram em abril. Quando Patrick fala de LOA – definir com clareza metas e resultados esperados. A LOA de 2018 – tem cópia – em alguns locais há definição de reformas e construção. Muitos têm definições claras. Precisamos dos locais. Querem e solicitam a proposta de valor da LOA – saber proposta e o corte. Não temos claro. Não conseguimos contribuir de forma lógica e junto. Estamos estudando e temos claro o que pode ser melhorado. Pede à mesa que se protocole o que veio da base – curto prazo 2019/2020/2021 – que conste do Plano.

Neide Aparecida Sales Biscuola, Conselheira Suplente representante das Associações de Profissionais Liberais: Reflete que o Plano dura 4 anos e estamos atrasados. O Plano é macro e a Programação é micro. Está confuso. As diretrizes orçamentárias também são para 4 anos. É grave ficar demorando. Adendo em contrato não tem limite. As OSS terão direito. Não entende porque está demorando tanto. A SMS precisa dizer qual a meta será cobrada de quem presta o serviço. As OSS não vão nos instrumentos do SUS. Não podemos deixar de defender o SUS.

Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Suplente representante dos Portadores de Patologias: Preocupa-se sobre a questão de aprovar o Plano com ressalvas e as mesmas não serem apresentadas para os conselheiros. Dar prazo mínimo para a SMS nos apresentar. Esse é seu encaminhamento.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Há proposta de aprovar o Plano com ressalvas. Vai dar ideia das ressalvas. O CMS:

1. não conseguiu realizar a 19ª Conferência no tempo certo;

2. receberam o Plano encostado no prazo – dia 30/04;

3. decisão do governo de encaminhar a RAS, apesar do CMS. Isso paralisou o Conselho.

Temos que atender demanda do MP. Foi feita discussão do Plano em um conselho em transição, sem o devido preparo. As ressalvas são públicas – dificuldades apresentadas a todos nós. O Plano nem está concluído. A Programação Anual de Saúde não foi apresentada. Concluídos os encontros regionais, ainda temos dúvidas se serão inseridas. O Plano é apresentado pelo governo. Não podemos ser responsabilizados por segurar o Plano. A Miriam falou que temos que dar publicidade ao Plano. Vão entregar tudo para as organizações sociais? Temos compromisso público. Vamos apresentar pó escrito. Não arrastaremos mais a discussão do Plano Municipal de Saúde. Hoje aprova, entrega, se quiserem acrescentar que o façam e queremos discutir a Programação Anual de Saúde. Não podemos mais arrastar esse processo. Devemos isso à população. A responsabilidade de dar publicidade pode ser combinada. Que se combine agenda para revisar metas. Debate mais evoluído.

Suely Levy Bentubo Fonseca, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: O instrumento de gestão Plano Municipal de Saúde não está no formato que deveria estar. Não há diretrizes. Não está bem colocado. É uma miscelânea.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Estamos aqui com Executiva marcada.

Roberto Costa Ferreira, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sul: Propõe que a Coordenação delineasse as ressalvas para conhecimento de todos. Informar.

Selma Maria Silva dos Santos, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Quer deixar claro, bem claro e registrado em ata que o trabalho das Comissões já foi entregue – com prazo até 21/08.

Jorge Harada, Conselheiro Titular representante da Universidade Pública: A solução que está sendo colocada não é ideal, mas é o possível a ser feito. Problemas de conteúdo. Saúde Mental, por exemplo, muito restrito, frente às necessidades. Não adianta ter Plano perfeito, se a gestão não executa. Mesmo aprovando o Plano, o SUS não para. Que a gente continue com todas as políticas e sejam discutidas: Atenção Básica, Urgência e Emergência, Saúde Mental, etc. O Plano é nosso norte, mas não é uma bíblia. Neste ano estamos sem Plano. Preocupa-se com a LOA – que seja debatida aqui. Para 2019 – qual é a Programação Anual de Saúde? Que seja apresentada ao Conselho. Recuperar por questão de LOA, que não seja peça cartorial, realinhar com os princípios do SUS.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Cronograma para continuar trabalhando. Não ficar amarrando processo já longamente debatido.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Suplente representante da Pessoa com Deficiência: Doenças Raras já foram inclusas.

Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Suplente representante dos Portadores de Patologias: Na medida em que se aprova com ressalvas – em que momento a gestão pode apresentar ao Conselho?

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Aprovaram com ressalvas, mas sem exclusão das discussões. Com relação à RAS, já se esgotou. A gestão tem que apresentar o mínimo possível para nós e a população. O Conselho tem que andar, o povo espera respostas.

Seiti Takahama, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Reitera que nada vai inviabilizar propostas já encaminhadas, com relação ao Plano.

Anselmo Silva, Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Com respeito à equipe do governo, coloca que isto acontece, porque não foram respeitadas as resoluções deste Conselho. O novo governo quer atropelar. Tem dó de quem defender o governo aqui.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Consulta o Pleno sobre a aprovação do Plano com ressalvas, recomendações. Dia 11 apresenta, todos olham antes do Pleno. Que o governo sinalize a Programação Anual de Saúde.

Miriam Carvalho de Moraes Lavado, Conselheira Titular representante do Poder Público – SMS: Se compromete a entregar o Plano Municipal de Saúde no dia 11 de setembro e que a Programação Anual de Saúde será acertada em cronograma a ser discutido com a Comissão Executiva.

Patrick Rodrigues Andrade, Conselheiro Suplente representante do Poder Público - SMS: Dia 11 seria a entrega do PMS com revisões, ressalvas e apontamentos. Programação de 2018 – que está atrasada, antes da de 2019.

Miriam Carvalho de Moraes Lavado, Conselheira Titular representante do Poder Público – SMS:

1)Plano Municipal de Saúde; 2)Programação Anual de Saúde 2018; 3)LOA.

Dia 11 – apresentação do Plano – deixa claro que não tem ciência de todas as ressalvas apontadas pelo Conselho. Não se sentem à vontade para votar sem esses dados. Querem proposta de data para Programação Anual de Saúde. Querem também para o dia 11?

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Deve ter exercício feito. Apresentem o que já está pronto sobre Programação Anual de Saúde 2018 e 2019.

Jorge Harada, Conselheiro Titular representante da Universidade Pública: A Programação Anual de Saúde teria que ter sido apresentada no ano passado. A LOA já está vencendo. Minimamente, alguma programação o governo já tem e pode apresentar. Aconteceram coisas em 2017 que foram realizadas, estando ou não no Plano. O que foi feito em 2018, de janeiro a agosto e o que estaria previsto para até o final do ano.

Mario Sérgio Bortoto, Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Considera que é necessário dizer o que será feito em 2019, porque 2018 já era.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: A questão das ressalvas – temos 19 pontos digitados – Lê algumas ressalvas.

Roberto Costa Ferreira, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sul: Deveria colocar condicionantes. Que discussão se propague para as regiões.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Pergunta se há consenso a aprovação do Plano Municipal de Saúde 2018/2021, hoje, com as ressalvas e recomendações.

Essas ressalvas e recomendações serão apresentadas aos conselheiros, discutidas na Comissão Executiva e retornarão no próximo pleno para homologação. As discussões sobre o PMS 2018/2021 com as áreas seguirão mediante elaboração de cronograma na Comissão Executiva

Aprovado por aclamação.

As pessoas dos territórios estão aqui e estão entregando, formalmente, à gestão, as prioridades dos encontros regionais. Prioridades protocoladas.

Há, por último, moção – que a proponente leia a moção. Situação que estava ocorrendo com 7 grevistas de fome.

Suely Levy Bentubo Fonseca, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Lê a moção:

MOÇÃO DE APOIO AOS GREVISTAS DE FOME POR DEMOCRACIA E POR JUSTIÇA

Nós, conselheiros (as) municipais de saúde da cidade de São Paulo, nos solidarizamos com sete pessoas que correram risco de morte, estando em greve de fome de 31 de julho a 26 de agosto, por uma causa justa, em nome da Democracia, em defesa da Justiça, para denunciar o desrespeito à Constituição, o desmonte do estado de direitos, a volta da fome e da miséria. Após 26 dias sem nenhum alimento e já em

estado avançado de fragilidade, atenderam aos apelos dos movimentos sociais, artistas, entidades religiosas e personalidades internacionais, que temiam por suas vidas.

Esses companheiros que representaram toda a nação brasileira são Luiz Gonzaga da Silva, o Gegê, 68 anos, da Central dos Movimentos Populares; frei Sérgio Görgen, 62 anos, e Rafaela Alves, 31 anos, do Movimento de Pequenos Agricultores; Vilmar Pacífico, 60 anos, Jaime Amorim, 58 anos, e Zonália Ferreira, 48 anos, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e Leonardo Soares, 22 anos, do Levante Popular da Juventude. Que sejam sempre lembrados por seu nobre gesto.

A ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal, chegou a recebê-los, mas sequer colocou em pauta as Ações Diretas de Constitucionalidade, principal reivindicação dos grevistas de fome. Apoiamos todas as reivindicações desses companheiros, pedimos por Justiça, por Democracia e pela volta do estado de direito constitucional.

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO

Dia 23 apresentou e agora fez revisão.

Votação nominal: 15 votos a favor, 5 abstenções e 0 contrário. Aprovada.

Reunião encerrada às 17h08.